



ACÓRDÃO Nº69/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11938/2018.

Apensos: Processo nº 13076/2018.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC.

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Ana Patricia Cuvello Veloso (Ordenador de Despesa), Genesio Vitalino da Silva Neto (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICA1.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 5330/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do **Sr. Genesio Vitalino da Silva Neto**, Presidente da AADC e Ordenador de Despesas, no período de 01/01/2017 a 26/10/2017 e da Senhora **Ana Patrícia Cuvello Veloso**, Presidente da AADC e Ordenadora de Despesas, no período de 27/10/2017 a 31/12/2017, com fulcro no artigo 1º, inciso III, artigo 22, alínea “b”, da Lei n. 2.423/1996 – LOTCE/AM; e artigo 188, §1º, inciso III, alínea “b”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Genesio Vitalino da Silva Neto**, Presidente da AADC e Ordenador de Despesas, no período de 01/01/2017 a 26/10/2017, na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e artigo 52 da Lei n. 2423/1996 - LOTCE, no valor de **R\$ 5.413,60**, (cinco mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), de acordo com o artigo 308, inciso III, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, referente às impropriedades não saneadas no Voto, em consonância com o Relatório Conclusivo nº. 02/2019-DICA1-AM, às fls. 2000/2018; com a Informação



ACÓRDÃO Nº69/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Conclusiva nº. 139/2019, às fls. 2038/2042; e com o Parecer nº. 5330/2019-MP/RCKS, às fls. 2043/2051, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Aplicar Multa à Sra. Ana Patricia Cuvello Veloso, Presidente da AADC e Ordenadora de Despesas, no período de 27/10/2017 a 31/12/2017, na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e artigo 52 da Lei n. 2423/1996 - LOTCE, no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), de acordo com o artigo 308, inciso III, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, referente às impropriedades não saneadas no Voto, em consonância com o Relatório Conclusivo nº. 02/2019-DICAI-AM, às fls. 2000/2018; com a Informação Conclusiva nº. 139/2019, às fls. 2038/2042; e com o Parecer nº. 5330/2019-MP/RCKS, às fls. 2043/2051, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

10.4.1. Remeta à atual Administração da AADC, cópias autênticas do Relatório Conclusivo nº. 02/2019-DICAI-AM, às fls. 2000/2018; da Informação Conclusiva nº. 139/2019, às fls. 2038/2042; e do Parecer nº. 5330/2019-MP/RCKS, às fls. 2043/2051, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestações de Contas futuras;

10.4.2. Notifique os Senhores **Genésio Vitalino da Silva Neto**,



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº69/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Presidente da AADC e Ordenador de Despesas, no período de 01/01/2017 a 26/10/2017 e **Ana Patrícia Cuvello Veloso**, Presidente da AADC e Ordenadora de Despesas, no período de 27/10/2017 a 31/12/2017, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o recurso;

10.4.3. Após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.

11- Ata: 2ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Fevereiro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral, em substituição